



1
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

ATA Nº 3/2026

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO REALIZADA NO DIA TRINTA DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Sátão, a Assembleia Municipal de Sátão, em sessão ordinária, sob a presidência do seu Presidente, Paulo Manuel Lopes dos Santos, coadjuvado por Maria de Lurdes Albuquerque de Frias Pinto, como primeira secretária, e Bruno Filipe Martins Miranda como segundo secretário, para tratar dos assuntos constantes da Convocatória com a seguinte *ORDEM DE TRABALHOS*

I INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

II ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 27 de fevereiro de 2026.
2. Leitura de correspondência.

III ORDEM DO DIA

3. Informação de Compromisso para Anos Seguintes: aquisição de Serviços.
4. Autorização de celebração do Contrato Interadministrativo e do Auto de Transferência com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Águas Boas e Forles; aprovação das respetivas minutas.
5. Discussão e votação da Proposta de designação de Júri para Recrutamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3º Grau.
6. Análise, discussão e aprovação do pedido de autorização prévia referente aos encargos plurianuais para fornecimento de energia elétrica.
7. Discussão e votação da Proposta de Adesão às "Águas Douro e Paiva".
8. Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, apreciação dos documentos e votação da Prestação de Contas do ano de 2025.
9. Informação sobre a Situação Financeira do Município.
10. Informação sobre a Atividade Municipal e outros assuntos de interesse concelhio.

Presidente da Assembleia: Após verificar a existência de quórum, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pelas nove horas e trinta minutos, deu início à sessão, procedendo-se de imediato à chamada.

Vereadores da Câmara Municipal presentes: Carlos Sousa; António José Carvalho; Carla Moreira; José António Figueiredo.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Alexandre Vaz, também esteve presente.

Estiveram presentes:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

O Sr. Presidente da Assembleia: Paulo Manuel Lopes dos Santos

A 1ª Secretária da Assembleia: Maria de Lurdes Albuquerque de Frias Pinto

A 2ª Secretária da Assembleia: Bruno Filipe Martins Miranda

Os Membros: Gonçalo Rui Martins Magalhães, Sandra Almeida Cravo Fonseca, Rui Miguel Loureiro Cabral, António Carlos Rodrigues, Adília Gomes Ferreira Mesquita, Ângela Santos Marques, Rosa Maria Saraiva Simões, Hélder José de Jesus Vaz, Tiago André Cardoso Figueiredo, Arlindo Jorge Sousa Ferreira, Maria Isabel Jesus de Sousa, João Luís Cid Correia Carvalho, José Mário Rodrigues Santos Sousa, Patrícia Alexandra de Aparício Ramos, João Carlos Moreira de Andrade Matos de Albuquerque, Carina Celeste Alves Pinto.

Os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia: Albano Coelho da Encarnação – Avelal; Marcelo Morgado Rodrigues – Ferreira de Aves; Aníbal Gomes de Almeida Ceia – Mioma; Hélder Alexandre Almeida Baptista – Rio de Moinhos; Manuel António Pina Lopes – São Miguel de Vila Boa; Alberto Francisco da Silva – Sátão; João Pedro Lopes de Almeida Loureiro Salvador – Silvã de Cima; David Micael Mota Tavares – Águas Boas e Forles; Belarmino Pereira Leitão – Romãs, Decermilo e Vila Longa

Tomada de posse por substituição: Feita a chamada geral dos membros que compõem a Assembleia Municipal, verificou-se a ausência de Joaquim José Cruz Afonso Albuquerque e de José Luís Correia de Almeida, tendo sido substituídos, por José Maria dos Santos Reis e Vera Lúcia Conde Gonçalves, respetivamente.

I INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve inscrições.

II ANTES DA ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia: Dirigindo cumprimentos a todos os presentes, abriu as inscrições para as intervenções dos Srs. Deputados.

Inscrições: Gonçalo Magalhães.

Gonçalo Magalhães:

«Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Presidentes de Junta,

Senhoras e Senhores Deputados,

Caros Municípios,

Estamos no fim de Abril e celebrámos (ou deveríamos ter celebrado) no dia 25 de Abril, um marco da nossa história coletiva - a Revolução dos Cravos.

Esta Revolução devolveu ao povo português aquilo que nunca lhe deveria ter sido retirado a liberdade, a voz e o direito a decidir o seu destino.

Este Abril abriu caminho à democracia que hoje temos o dever de honrar.

Mas não basta recordar Abril.

É preciso vivê-lo, mas acima de tudo é preciso recordá-lo.

Mas evocar Abril não é apenas lembrar o passado com emoção. É, acima de tudo, olhar para o presente e para o futuro com exigência.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

A democracia não se cumpre apenas nas eleições. Cumpre-se todos os dias nas decisões tomadas, na forma como se governa, na abertura ao diálogo e na forma como o poder é exercido.

Um poder exercido ao longo de 50 anos sempre pelos mesmos, alternando as cadeiras do poder de primeiro para segundo, mas com todos os pelouros concentrados no mesmo, não pode ser sinónimo de liberdade e só diminui intelectualmente quem aceita.

Um executivo onde os vereadores com pelouro atribuído, não tem capacidade nem autonomia de decidir, não é sinónimo de liberdade.

Mas centremo-nos no 25 de Abril.

O 25 de Abril ensinou-nos que nenhuma sociedade pode avançar sem participação, sem pluralismo e sem respeito pelas vozes de todos. Vozes essas que devem estar presentes nas nossas práticas diárias, nas nossas instituições e nas nossas decisões que afetam a vida das pessoas.

Este dia, esta revolução 1974, ensinou-nos que a democracia não é apenas um sistema político, é uma prática diária, feita de diálogo, transparência e responsabilidade.

E viver Abril é garantir os seus valores.

Mas celebrar Abril não é apenas recordar. É também questionar.

Questionar se estamos, de facto, a honrar os valores conquistados.

Se damos espaço à diversidade de opiniões.

Se promovemos uma cultura de decisão partilhada e não concentrada.

Se incentivamos a participação dos cidadãos ou se, pelo contrário, a limitamos.

Uma democracia saudável vive de debate, de escrutínio e de abertura a todos os quadrantes políticos e a todos os cidadãos.

Sem isso, corre o risco de se tornar apenas uma aparência — uma estrutura sem o espírito de Abril.

É por isso que este dia deveria ter sido assinalado neste concelho com uma grande ou pequena cerimónia, com um grande ou pequeno evento. Mas não foi!!!

Ignorar o 25 de Abril não é apenas esquecer a história — é desvalorizar os princípios que nos trouxeram até aqui.

Este executivo nos últimos anos tem ignorado por completo o 25 de Abril e não se compreende porquê.

Cabe a cada um de nós garantir que esses princípios não se perdem.

Que a liberdade não é apenas uma palavra.

Que a democracia não é apenas um ritual.

Que o poder serve as pessoas — e não o contrário.

Quem se serve do poder para outros fins, quem se serve do poder para promessas, quem se serve do poder para calar, diminuir ou excluir todos os que à sua volta gravitam, não pode, nem deve exercê-lo.

Por isso, não podemos ignorar um facto que merece reflexão:

A ausência de qualquer assinalamento desta data no nosso concelho, o Sátão, é lamentável.

Não se trata de uma formalidade.

Trata-se de um símbolo.

E os símbolos têm peso — sobretudo quando falamos de democracia.

O silêncio em torno do 25 de Abril não é neutro.

É, no mínimo, um sinal que nos deve preocupar, porque Abril representa exatamente o contrário, representa a voz, a presença, a participação.

E é aqui que devemos ser claros.

Uma democracia local não se mede apenas pelo cumprimento de procedimentos. Mede-se pela forma como envolve as pessoas.

Pela abertura ao diálogo. Pela capacidade de integrar diferentes perspetivas e aceitá-las.

Quando a participação se reduz, quando o espaço de decisão se concentra, quando o debate perde força — não estamos apenas perante uma questão de estilo de governação. Estamos perante um afastamento progressivo do espírito de Abril e de uma ditadura já há muito ultrapassada.

E isso deve ser dito. Com respeito, mas com firmeza.

Porque Abril ensinou-nos que a democracia não vive do silêncio.

Vive da diversidade de opiniões.

Vive da partilha de responsabilidades.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Vive da confiança nas pessoas.

Não se trata de criticar por criticar.

Trata-se de afirmar aquilo que deve ser garantido: uma governação aberta, transparente e participada onde a crítica e a opinião deve ser aceita desde que as mesmas sejam em benefício do território e dos seus habitantes.

Uma governação onde ninguém se sinta afastado.

Onde ninguém sinta que a sua voz não conta.

Onde o poder seja exercido como serviço — e não como concentração.

Temos todos responsabilidades.

Mas quem exerce funções executivas tem uma responsabilidade acrescida: a de criar espaço, incentivar participação e dar exemplo.

Hoje, aqui ao evocar o 25 de Abril, não estamos apenas a olhar para trás.

Estamos a assumir um compromisso com o presente e com o futuro.

O compromisso de não deixar que a democracia se torne apenas um conjunto de regras formais.

O compromisso de a manter viva — com participação, com transparência, com coragem.

Porque Abril não é passado.

Abril é exigência.

E essa exigência deve estar presente aqui — nesta Assembleia, neste concelho, todos os dias.

As vezes penso eu que a única Liberdade que este concelho tem reside na Água, água essa que tem sempre a liberdade de correr para onde quer sem que nada a impeça ou questione.

Viva o 25 de Abril.

Viva a liberdade.

Viva a democracia.»

Ainda antes da Ordem do Dia

1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 27 de fevereiro de 2026.

Presidente da Assembleia: Coloca o Ponto um da Ordem de Trabalhos à discussão.

Inscrições: Ninguém se inscreveu

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, colocou a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 27 de fevereiro de 2026 à votação, tendo sido aprovada com:

Votos a favor: 30 (trinta)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala.

2. Leitura de correspondência.

Presidente da Assembleia: Deu conhecimento da correspondência da Assembleia Municipal recebida desde a última reunião ordinária, colocando-a à disposição dos senhores deputados para consulta. Não tendo havido inscrições para questionar este ponto, prosseguiu respondendo à comunicação do Sr. Presidente da Junta de Avelal, enviada via e-mail, em 07/04/2026, um documento/trabalho intitulado “Pedido de ação democrática e correção de desigualdades identificadas”, o qual tinha a ver com os montantes que são atribuídos às Juntas de Freguesia, referentes aos Contratos Interadministrativos e aos Autos de Transferência. Continuou referindo que, na sua opinião, não tinha que agendar aquele assunto para a reunião, por não ser um assunto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

novo daquele mandato, pois já tinha sido ali abordado em mandatos anteriores, não havendo unanimidade nos Srs. Presidentes de Junta em relação às verbas atribuídas e aos critérios para essa atribuição. Referindo que os montantes para 2026 já tinham sido aprovados por aquela Assembleia, lembrou que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, na sessão anterior, tinha dito que, naquela reunião, abordaria o assunto, revelando os critérios usados para atribuição das ditas verbas, e que convidaria os Srs. Presidentes de Junta a reunirem-se e, em conjunto, tomarem uma decisão.

De seguida, falando diretamente para o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelal, disse que tinha que ter consciência de que a decisão que saísse dessa reunião de Presidentes de Junta, não seria unânime. O que uns defenderiam, outros poderiam reprovar. No entanto, a decisão que saísse dessa reunião, certamente, seria a que iria ser seguida como critério. Referindo que, podendo ou não concordar com a decisão, esta não era da competência daquela Assembleia, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Depois de cumprimentar todos os presentes, informou que o critério utilizado foi o levantamento do número de habitações existentes, efetuado pelos serviços de toponímia do Município, entre os anos de 2012-2013. Isto é, as verbas a atribuir destinam-se à execução de obras (construção/requalificação/reposição, etc...) nas Ruas onde existem casas, e o mesmo acontece em relação às verbas para as limpezas. Elencando o número de casas, por Freguesia, existentes à altura, disse que, em relação à Freguesia de Sátão, foram retiradas as casas da Vila de Sátão, uma vez que, tanto a limpeza como as obras de manutenção/construção das Ruas, estava a cargo da Câmara Municipal. Assim, a verba inicial disponibilizada para os CI (Contratos Interadministrativos) e para os, agora, AT (Autos de Transferência), na altura AE (Acordos de Execução), foi dividida pelo número de habitações, que totalizava 6.843 fogos, no Concelho de Sátão, distribuídos pelas Freguesias. Enumerando também a área de cada uma das Freguesias, referiu que esta não foi tida em conta, uma vez que, em diversas Freguesias, muita dessa área não era urbana, mas sim agrícola e florestal. Reiterando que, para 2026, a verba já tinha sido aprovada, disse que a verba disponibilizada pelo Executivo para os CI e AT, era aquela que já conheciam, no entanto, para o próximo ano, poderiam redistribuí-la de uma outra forma que achassem mais justa e objetiva, mas essa solução, ou critério, teria que ser acordado entre todos os Srs. Presidentes de Junta. Assim, disponibilizou-se a ceder um espaço para que os Srs. Presidentes de Junta reunissem e chegassem a um consenso.

Presidente da Assembleia: Referiu que, segundo as palavras do Sr. Presidente da Câmara Municipal, poderia concluir-se que o “bolo” se mantinha, estando nas mãos dos Srs. Presidentes de Junta a forma de o fatiar e distribuir. Neste sentido, atendendo a que o tempo passava depressa, sugeriu que os Srs. Presidentes de Junta agendassem ainda naquele dia, a tal reunião, de forma a que tudo estivesse resolvido, a seu tempo, para o próximo ano, deixando à consideração dos intervenientes a possível participação de um elemento do partido CHEGA, porque embora não tenha eleito nenhum Presidente de Junta, tem representação naquela Assembleia. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente de Junta de Avelal para se pronunciar sobre o assunto.

Este respondeu que aguardaria pela mencionada reunião de Presidentes de Junta.

Assim sendo, insistindo que agendem essa reunião, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu continuidade à sessão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

III ORDEM DO DIA

3. Informação de Compromisso para Anos Seguintes: aquisição de Serviços.

Presidente da Assembleia: Depois de uma breve abordagem do assunto, reiterando o que vem dizendo sobre ele nas sessões anteriores, colocou-o à discussão.

Inscrições: Ninguém se inscreveu.

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir, passou ao ponto seguinte.

4. Autorização de celebração do Contrato Interadministrativo e do Auto de Transferência com a Junta de Freguesia da União das Freguesias de Águas Boas e Forles; aprovação das respetivas minutas.

Presidente da Assembleia: Introduziu o assunto dizendo que este surge no seguimento do ponto catorze da sessão anterior, aprovado por unanimidade. Como naquela altura esta Freguesia ainda não tinha discutido o assunto em sede de reunião de Junta de Freguesia e de Assembleia de Freguesias, de forma a agregar as formalidades necessárias para celebração do Contrato Interadministrativo e o Auto de Transferência, só agora vinha ali para obter a necessária autorização. Disse ainda que, numa outra sessão, este assunto viria à discussão, uma vez que ainda faltavam as Juntas de Freguesia de Mioma e Avelal.

Continuando, perguntou se alguém necessitava de mais explicações ou queria intervir.

Como ninguém se manifestou, submeteu o assunto à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 30 (trinta);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 0 (zero);

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala, pelo que foi autorizada, por unanimidade, a celebração do Contrato Interadministrativo e do Auto de Transferência com a União de Freguesias acima descrita, bem como aprovadas as respetivas Minutas.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

5. Discussão e votação da Proposta de designação de Júri para Recrutamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3º Grau.

Presidente da Assembleia: Introduziu o assunto e, de imediato, perguntou se algum dos Srs. Deputados queria intervir.

Ninguém se pronunciou.

Assim, colocou a Proposta referida em título, esta foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 30 (trinta);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 0 (zero);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala, pelo que, a Proposta de designação de Júri para Recrutamento dos Cargos de Direção Intermédia de 3º Grau apresentada, foi aprovada, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

6. Análise, discussão e aprovação do pedido de autorização prévia referente aos encargos plurianuais para fornecimento de energia elétrica.

Presidente da Assembleia: Antes de colocar este assunto à discussão, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Referiu que era necessário abrir, novamente, um concurso para fornecimento de eletricidade. Citando os valores envolvidos na assunção dos encargos e falando dos procedimentos, disse que era necessária a autorização da Assembleia Municipal para se proceder ao concurso e assumir os inerentes compromissos.

Inscrições: Ninguém se inscreveu.

Presidente da Assembleia: Não tendo havido inscritos para intervir, o assunto foi posto à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 30 (trinta);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 0 (zero);

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala, pelo que, o pedido de autorização prévia referente aos encargos plurianuais para fornecimento de energia elétrica, foi aprovado, por unanimidade.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

7. Discussão e votação da Proposta de Adesão às “Águas Douro e Paiva”.

Presidente da Assembleia: Começou por dizer que, relativamente àquele assunto, sem querer influenciar ninguém, só queria deixar um alerta aos membros da Assembleia, pois considerava que o assunto da água era o mais grave e preocupante que tinham. Partilhou que, como era do conhecimento de todos, enquanto foi Vereador, durante vários anos teve o pelouro da água e, por vezes, teve em mão situações bem difíceis, que se prenderam tanto com a quantidade como com a qualidade da água. Por isso, se não tomarem uma atitude, os Satenses irão responsabilizá-los por terem tido uma oportunidade de resolver o problema e não a terem agarrado. Referindo que o Município necessitava de água com quantidade e qualidade, apelou à ponderação e à sensatez dos Srs. Deputados na análise do custo – benefício na decisão. De seguida, colocou o assunto à discussão.

Inscrições: Gonçalo Magalhães; Carlos Rodrigues.



8
[Handwritten signature and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Gonçalo Magalhães: Reiterando os cumprimentos, disse o seguinte:

«Na reunião extraordinária do Executivo Camarário, realizada no passado dia 21 de abril de 2026, os Vereadores do Partido Socialista apresentaram uma declaração de voto que fundamenta a sua posição de abstenção relativamente à integração do Município de Sátão no sistema da Águas do Douro e Paiva S.A. Importa hoje, nesta Assembleia, reforçar e clarificar essa posição — não como um gesto de indecisão, mas como uma posição responsável, ponderada e consciente dos riscos que estão em causa.

Ora o grupo parlamentar do Partido Socialista considera essencial que deve existir um equilíbrio: por um lado, a necessidade de garantir a segurança hídrica do concelho; por outro, o dever de proteger as famílias e as empresas de Sátão de impactos financeiros excessivos e mal acautelados.

E é precisamente nesse equilíbrio que surgem as nossas maiores reservas.

Em primeiro lugar, o risco de aumento significativo do preço da água.

Os dados disponíveis, e que nos foram apresentados, apontam para um investimento global superior a 103 milhões de euros.

Este facto, conjugado com o modelo de custos apresentado, levanta uma preocupação legítima: o custo da água fornecida será, muito provavelmente, superior ao atual.

Conseguiremos nós Município de Sátão manter o valor atual? Ou será que no futuro este vai ser aumentado?

Neste momento atual, qual é o valor de receita que o município recebe da venda da água?

Qual é o valor mensal gasto com a água desde a captação até ao consumidor final?

Sem mecanismos claros de contenção tarifária, aquilo que hoje é uma previsão rapidamente se transformará numa realidade para os munícipes — uma realidade que recairá diretamente no orçamento das famílias e na competitividade das empresas locais.

Em segundo lugar, o problema estrutural das perdas na rede.

O próprio Plano Diretor identifica uma taxa de perdas na ordem dos 40%. Isto significa que uma parte muito significativa da água adquirida não chega ao consumidor final para além da que é cedida gratuitamente as instituições sem que também seja controlada com os respetivos contadores.

Ora, com esta integração, o Município passará a pagar à entidade fornecedora pela totalidade da água que entra no sistema — incluindo aquela que se perde e a que se dá.

Estamos, portanto, perante o risco real de pagar água que não é utilizada, agravando de forma significativa a pressão sobre as contas públicas.

E mais: não existe, até ao momento, um compromisso claro de apoio financeiro para a reabilitação da rede em baixa, cuja responsabilidade continuará a recair exclusivamente sobre o Município.

Sem esse apoio, esta decisão não é apenas exigente — é potencialmente insustentável. Em terceiro lugar, a questão da autonomia municipal.

A cláusula de exclusividade prevista no acordo limita fortemente a capacidade futura do Município.

Importa também questionar o seguinte:

A primeira questão que pretendemos esclarecer é saber se todos os presidentes de junta e as suas assembleias de freguesia foram informados e clarificados desta proposta para integração AdDP?

Todo o concelho de Sátão fará parte deste abastecimento ou existirá alguma localidade ou freguesia que não irá integrar?

Quais as captações ou infraestruturas municipais existentes que poderão ser afetadas pelo regime de exclusividade?

O Município irá ceder alguma infraestrutura graciosa ou existe alguma intenção de aquisição por parte das Águas Douro e Paiva na aquisição das mesmas com claro recebimento de contrapartidas financeiras?

Se sim, quais serão essas infraestruturas e qual será método de avaliação das mesmas?

O que sucede ao património cedido caso o Município saia do sistema após o período de concessão?

O Município mantém o direito de conservar origens alternativas (diga-se, nas captações de água) de uso exclusivo para situações de emergência?

Em caso de rotura no fornecimento por parte da AdDP e que coloque em causa os Satenses poderá o município recorrer as suas fontes de atuais de abastecimento?

Caso seja o Município de Sátão a abastecer por causa de alguma rotura por parte da AdDP qual o valor a ser reembolsado?

Está prevista a manutenção de qualquer captação local de emergência para Sátão?



Handwritten signature and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Qual o mecanismo e o custo previsível de desativação das captações próprias existentes no concelho uma vez que ao aderir a Águas Douro e Paiva estas ficaram inutilizadas?

Qual o prazo previsto para a transmissão da exploração de todo este processo?

Quais os mecanismos de resiliência do sistema AdDP perante eventos de contaminação ou seca extrema no Rio Douro?

O Plano de Segurança da Água da AdDP contempla especificamente os cenários de rotura para os novos municípios do alargamento a sul?

Para além da AdDP, não existe outra empresa que possa abastecer o nosso Concelho? Foi feito esse levantamento?

São todas estas questões e muitas mais teríamos que nos leva a dizer: "Ao vincular o Sátão por várias décadas, impede-se o recurso a soluções alternativas — mesmo que mais eficientes, mais económicas ou necessárias em contextos de emergência."

Estamos, assim, perante uma decisão que não afeta apenas o presente. Condiciona o futuro e compromete a margem de decisão das gerações vindouras.

Caros Deputados e Deputadas,

Sabemos, pois, reconhecer com sentido de responsabilidade que a integração do Município de Sátão no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Sul do Grande Porto pode constituir uma solução permanente e de qualidade para os problemas históricos de escassez hídrica que afetam o concelho de Sátão. O sistema da AdDP, com origem na ETA de Lever, e capacidade instalada significativamente superior à atual procura, oferece indubitavelmente garantias de quantidade e de qualidade que os sistemas autónomos municipais não conseguem assegurar nos períodos de maior stress hídrico marcados cada vez mais por períodos de seca.

Contudo, a integração envolve compromissos vinculativos de longo prazo — pelo menos até 2046, a cedência de infraestruturas municipais, a renúncia ao regime de exclusivo sobre captações próprias, e a sujeição a um tarifário determinado externamente, com mecanismos de controlo limitados para o Município terá implicações que exigem que esta decisão seja fundamentada em informação completa e em negociação adequada das condições contratuais, o que não se afigura possível dentro do atual ritmo imposto pelo calendário.

A assunção de um contrato de fornecimento com uma empresa pública, mas de concessão privada, de carácter vinculativo por um prazo tão alargado e com direito de exclusividade e obrigações patrimoniais significativas, não pode ser objeto de decisão apressada.

Pelos documentos recebidos que são extensos e pela sua envergadura técnica, financeira, jurídica e estratégica seria crucial uma análise ponderada, rigorosa e isenta antes de qualquer deliberação vinculativa nesta assembleia Municipal que pelo que identificamos expira em 7 de junho de 2026.

Este constrangimento temporal não pode, por si só, substituir a necessidade de uma análise técnica e jurídica aprofundada.

A oposição solicita que o executivo diligencie na obtenção de pareceres técnicos e jurídicos independentes e peça prorrogação desta decisão retirando este ponto da ordem de trabalhos antes de uma nova convocação da Assembleia Municipal para deliberar sobre esta matéria ou que em alternativa seja em ata ou minuta exista a salvaguarda que só será assinado este contrato depois de todas as clarificações enunciadas.

Uma deliberação precipitada, tomada apenas para cumprir um prazo administrativo, não serve os melhores interesses da população de Sátão.

Reconhecer vantagens não significa ignorar os riscos.

E quando esses riscos são financeiros, estruturais e estratégicos, não podem ser desvalorizados nem decididos com ligeireza.

A abstenção do grupo parlamentar do Partido Socialista não é um bloqueio. É um sinal de prudência. É um apelo à clarificação. É um alerta para aquilo que ainda não está devidamente garantido.

Porque governar não é apenas decidir — é decidir bem.

E decidir bem implica assegurar que as consequências são sustentáveis, justas e equilibradas para todos e não hipotecam o nosso futuro.

É por isso que nós defendemos os munícipes e o nosso Concelho.

Muito obrigado.»



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

10

Carlos Rodrigues: Feitos os habituais cumprimentos, disse que embora o Sr. Deputado Gonçalo tivesse dito praticamente tudo, ele queria ali salientar uma situação. Socorrendo-se do provérbio *"a verdade tarda, mas não falta"*, e citando o Sr. Presidente da Assembleia quando disse *"há um problema grave e preocupante das águas no Sátão"*, *"em agosto há uma notória falta de qualidade da água"*, *"a nossa população vai castigar-nos por isso"*, referiu que o problema da água, tantas vezes trazido ali por eles, tinha sido finalmente reconhecido pelo Sr. Presidente da Assembleia ao proferir aquelas palavras. Continuou dizendo que já era a segunda ou terceira solução ali discutida com vista à resolução da questão das águas, tendo até criando uma Associação de Municípios, que não resultou, e agora, com a adesão às Águas do Douro e Paiva é que a Câmara do Sátão demonstra o cuidado que não teve no tratamento e solução de algo tão importante para as populações. Isso só mostrava a incapacidade do Executivo na resolução daquele problema. Terminou dizendo que expectava que, desta vez, a solução avançasse e o problema ficasse resolvido.

Presidente da Assembleia: Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Carlos Rodrigues, referiu que não havia dito que a água tinha falta de qualidade, o que disse foi que, por vezes acontecia essa situação, e que as condições a isso os levavam, pois quando tinham que andar a desviar pedras para conduzir a água dos pocitos que estão no rio para a captação, coisa que ele próprio chegou a fazer, poderia acontecer. Situação pontual e com tratamento. Depois, fazendo uma breve retrospectiva pelas várias tentativas de resolução do problema da água, evidenciou o empenho e trabalho do Município de Sátão nessas tentativas, desde o primeiro momento. De seguida, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

Presidente da Câmara: Referindo que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal já tinha dito quase tudo, soltou a seguinte afirmação: *"A água é vida. Sem água não há nada em lado nenhum. O próprio corpo humano é formado por 70% de água."* Continuando disse que o Sátão precisava de água em quantidade e qualidade e arrolando o que o Sr. Presidente da Assembleia tinha dito sobre as várias diligências encetadas pela Câmara Municipal, desde há 8 ou 9 anos até ao momento, com o intuito de resolver este problema, deu uma explicação detalhada de cada um dos projetos e a sua tramitação e desenvolvimento. Alegando que aquela situação já se arrastava há muito tempo, disse que era chegado o momento de tomar uma decisão e, na sua opinião, por vezes era melhor tomar uma decisão, mesmo que se viesse a verificar que não foi a melhor, do que não tomar decisão nenhuma. A indecisão e o adiamento só pioravam a situação. Alertou para o facto de que, como era do conhecimento de todos, a água era um bem cada vez mais escasso, em geral, e nesta zona em particular, e por isso era necessário tomar uma posição. Depois explicou, de forma sucinta, a proposta de adesão em discussão, inclusivamente dos valores em questão. Referindo que os Srs. Deputados eram soberanos na decisão, reiterou que havia necessidade de resolver o problema da água no Concelho.

Presidente da Assembleia: Disse que após as intervenções e os alertas do Sr. Deputado Gonçalo para várias situações, e considerando que muitos deles tinham razão de ser, perante a proposta do Sr. Deputado em adiar a discussão daquele assunto, referindo que o seu adiamento pode comprometer a resolução do problema da água, e também atendendo aos valores gastos em estudos e projetos com a finalidade de resolver o problema, disse que, como surgiu uma proposta,



11
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

esta teria que ser colocada à votação. No entanto, antes de o fazer, deu a palavra ao Sr. Deputado Gonçalo, respondendo à sua solicitação.

Gonçalo Magalhães: Começou por dizer que havia algo que todos ali queriam, que era que a água tivesse quantidade e qualidade, e que não havia dúvidas de que o Sátão tinha essa necessidade. Portanto, eles, Partido Socialista, não estavam ali para travar ou encravar o processo e, por isso mesmo é que se se abstinham. Propôs a retirada/adiamento daquele ponto pela necessidade de perceber, exatamente e com pormenor, todos aqueles estudos, como tudo iria funcionar e retorno de tudo. Terminou dizendo que se a vantagem para os Satenses era aquela, embora se abstivessem, o ponto passaria na mesma, e, portanto, há que aderir.

Presidente da Assembleia: Assim, após o esclarecimento do Sr. Deputado Gonçalo Magalhães e feita a discussão da Proposta referida em título, esta foi posta à votação, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 17 (dezassete);

Votos contra: 0 (zero);

Abstenções: 13 (treze);

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala, pelo que, a Proposta de Adesão às "Águas Douro e Paiva", foi aprovada, por maioria.

Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

Presidente da Assembleia: Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara disse que, o que acabaram de fazer era um pequeno contributo para o assunto da água no Sátão, e que lhe desejava como Satense e como amigo, o máximo empenhamento, que sabia que o tinha, junto dos colegas Presidentes de Câmara, fazendo-lhes sentir o problema que o Sátão tem concretamente.

Presidente da Câmara: Referiu que o empenhamento era o máximo e que o problema da água não deveria ser considerado um problema político. A água não é política; a água é uma necessidade. Reiterando o que disse antes e voltando a abordar valores, disse que o importante era ter água em quantidade e com qualidade. Considerando que a água nada tinha a ver com a política, terminou reforçando que aquelas decisões tinham que ser tomadas em vez de andarem sempre num limbo, como acontecia há anos, porque embora tenham encetado diligências, estava-se na plataforma zero e que o empenhamento seria como até ali: 100%.

Presidente da Assembleia: Retomou a palavra e passou ao ponto seguinte.

8. Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, apreciação dos documentos e votação da Prestação de Contas do ano de 2025.

Presidente da Assembleia: Colocou o ponto oito à discussão.

Inscrições: Gonçalo Magalhães.



12
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Gonçalo Magalhães: Depois de reiterar os cumprimentos, proferiu a seguinte intervenção:

«Hoje não estamos apenas a analisar contas.

Estamos a avaliar opções políticas.

Estamos a avaliar prioridades.

E, sobretudo, estamos a avaliar o rumo que está a ser dado ao concelho de Sátão.

Aquilo que estas contas de 2025 nos mostram é claro:

Temos um município com capacidade financeira, com saldo de gerência de oito milhões, mas sem qualquer de execução.

Temos recursos, mas falta de visão.

Comecemos pelo essencial.

Sátão terminou o ano com cerca de 8 milhões de euros em contas bancárias.

Um valor que representa quase metade da receita anual do Município.

E perante isto, a pergunta impõe-se:

Isto é ser cauteloso, ou é estagnação?

Porque acumular dinheiro pode parecer gestão rigorosa. Mas quando esse dinheiro não é transformado em investimento, em desenvolvimento, em qualidade de vida, então deixa de ser prudência — passa a ser falta de ambição.

Dinheiro parado no banco, num concelho com tantas carências, não é um troféu.

É uma oportunidade perdida.

Ter tantos milhões em contas bancárias e quando verificamos que o rendimento em juros, e corrijam-me se estiver enganado, são uns míseros 15,00€, é no mínimo algo irrealista.

Pior ainda é pagar 13.000,00€ de juros e não usar o saldo de caixa.

E os números confirmam isso mesmo.

A tendência de acumulação ao longo dos anos é estrutural e consistente.

A execução das despesas de capital ficou-se pelos 40,49%.

Ou seja, mais de metade do investimento previsto não foi realizado.

Estamos a falar de cerca de 11 milhões de euros que ficaram por executar.

Repito, 11 milhões.

Prometer no papel e não cumprir no terreno não é gestão.

É falhar com os munícipes.

E mais:

a execução das receitas de capital ficou nos 27,72%.

Isto significa que o Município não está a conseguir captar financiamento externo, não está a aproveitar fundos comunitários como devia.

Grave.

Ao mesmo tempo que o investimento falha, a despesa corrente aumenta.

As despesas com pessoal ultrapassam 6,2 milhões de euros, representando 42,7% da despesa total.

Como sempre afirmei quando uma Câmara tem quase metade do seu orçamento em gastos com recursos humanos, algo está errado.

Não pode, nem deve, uma Câmara ser a maior entidade empregadora.

Que os empregos no Concelho são diminutos, sem grande oferta, isso já todos sabemos, mas tudo isto resulta porque este executivo ao longo dos anos não teve nem tem visão estratégica para captar negócios e empresas que aqui se implementem por forma a gerar o retorno financeiro e humano.

O que este executivo pretende é sim que manter-se no poder com as sempre promessas de emprego.

Infelizmente muitos ainda vão acreditando.

E quanto isso acontece, resultado das promessas meramente eleitoralistas, o apoio às instituições locais diminui.

As transferências para IPSS, associações e coletividades caem de 12,33% para 10,16%.

Numa altura em que tantos eventos existem, como caminhadas, trails, que permitem trazer muitos participantes ao nosso concelho, o município decide reduzir os valores de transferências.

Ou seja: gasta mais internamente, apoia-se menos a comunidade.

E isto diz muito sobre prioridades.



13
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Temos ainda um concelho que continua dependente em 66% das transferências do Estado, sem uma estratégia clara para atrair investimento e gerar autonomia económica.

Quando cruzamos estes dados com a análise ao património, o cenário torna-se ainda mais preocupante.

Encontramos mais de 1 milhão em projetos técnicos, muitos sem execução conhecida investimentos sem resultados claros, obras com valores anulados, levantando dúvidas sobre a sua concretização

E, ao mesmo tempo, as infraestruturas envelhecidas, de redes de esgotos com forte degradação e necessidades evidentes por todo o concelho.

A pergunta é?

Se há dinheiro, porque não há desenvolvimento?

Porque é que, com milhões em caixa, o concelho não avança ao ritmo que podia?

Porque é que as obras não saem do papel?

Porque é que os investimentos não se concretizam?

A resposta não está nos números.

Está nas opções.

Um município não existe para acumular saldos bancários.

Existe para servir pessoas.

Existe para transformar recursos em progresso e criar oportunidades.

Existe para melhorar a vida de quem cá vive.

E hoje, aquilo que vemos é um concelho com potencial, mas sem a dinâmica necessária para o concretizar.

Por isso, a nossa posição é clara.

Votar contra, não é por oposição cega, mas por responsabilidade.

Porque Sátão não pode continuar a ser gerido como uma conta a prazo e com obras que só se fazem se existir projetos financiados.

Os municípios devem ter boa gestão, e até podemos concordar com ela, e até aí penso que todos estaremos de acordo, mas não foram feitos para dar lucro,

Porque ter 8 milhões no banco enquanto há tanto por fazer não é sinal de boa gestão — é sinal de falta de execução e de falta de visão.

O Sátão precisa de mais ação e mais investimento.

E precisa de uma estratégia nova que defina este Concelho.

Precisa, acima de tudo, que o dinheiro seja colocado ao serviço das pessoas.

É isso que os munícipes esperam. É isso que nós exigimos.

Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia: Não havendo mais ninguém inscrito para intervir e embora o Sr. Deputado, na sua intervenção, não tenha solicitado esclarecimentos, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

Presidente da Câmara: Começou por dizer que, em relação ao problema da despesa e ao pessoal, como deveria ser do conhecimento do Sr. Deputado, todos os anos os vencimentos tinham que ser atualizados, a que acresce o acelerador de carreira, determinado por lei, que se deveu à atualização dos salários dos Técnicos Superiores que tinham sido prejudicados na altura da reformulação das carreiras, e também à necessidade de contratar mais trabalhadores em virtude das baixas médicas de alguns e das reformas de outros. A Câmara não era nenhuma agência de empregos, como já tinha ouvido dizer. Em relação à baixa na receita referiu que a razão se prendia com atrasos nos pagamentos devidos ao Município, referentes às obras financiadas, que estavam a andar e a Câmara ainda não tinha recebido nada, embora tenha os pagamentos em dia, de tudo o que se encontra executado. Quando ao dinheiro acumulado, os 8 milhões, terão que ser gastos, sem dúvida nenhuma. Este saldo já tem vindo a acumular de anos anteriores, transitando e aumentando de uns anos para os outros. Difícil foi chegar aquele ponto. Gastar-se e ficar a zeros, é num instante.



14

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Aproveitando que estava com a palavra, abordou a intervenção inicial do Sr. Deputado Gonçalo, sobre a Liberdade e o 25 de Abril, a autonomia dos Srs. Vereadores e a concentração de tudo no Presidente da Câmara. A este respeito começou por dizer que os Vereadores tinham plena autonomia. A única coisa que ele controlava era a parte financeira, porque era sua obrigação para que nada se descontrolasse. Em relação ao 25 de Abril, referiu que, à semelhança de anos anteriores, houve lançamento de foguetes para assinalar a data. Apelando à memória do Sr. Deputado, lembrou que, aquando dos 50 anos, o Município de Sátão comemorou essa data, tendo inclusive colocado no Jardim da Praça Paulo VI, um monumento (estrutura de pedra) alusivo a essa data, e também financiou a edição de um livro, elaborado pelo Dr. Acácio Pinto, que continha todos os Autarcas (Câmara, Assembleia e Juntas/Assembleias de Freguesia) desde 1974, até à atualidade, comprovando que o Executivo se preocupava com a Liberdade e com a Democracia. Informou que, no corrente ano, irão comemorar os 50 anos das primeiras Eleições Autárquicas que houve no País, tal como se fez no 40º aniversário. Referindo que concordava que tinham que defender a Democracia, disse que a Democracia se defendia no dia a dia, combatendo alguns populismos, e não com mais ou menos comemorações de datas. Quanto a serem sempre os mesmos no poder, referiu que a única coisa que fez foi candidatar-se. O resto foi feito pelo Povo, em total Democracia.

Presidente da Assembleia: Terminadas as intervenções, a apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, e apreciação dos documentos, foi posta à votação a Prestação de Contas do ano de 2025, tendo obtido o seguinte escrutínio:

Votos a favor: 20 (vinte);

Votos contra: 10 (dez) – *Gonçalo Rui Martins Magalhães; Sandra Almeida Cravo Fonseca; António Carlos Rodrigues; Rosa Maria Saraiva Simões; Tiago André Cardoso Figueiredo; João Luís Cid Correia Carvalho; Patrícia Alexandra de Aparício Ramos; João Carlos Moreira de Andrade Matos de Albuquerque; Albano Coelho da Encarnação; Alberto Francisco da Silva;*

Abstenções: 0 (zero);

Estavam presentes 30 (trinta) membros na sala, pelo que, o documento foi aprovado, por maioria. Esta deliberação foi lavrada em Minuta.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

9. Informação sobre a Situação Financeira do Município.

e

10. Informação sobre a Atividade Municipal e outros assuntos de interesse concelhio.

Presidente da Assembleia: Sem menosprezar nem retirar a importância de cada um dos pontos, colocou os pontos nove e dez à discussão, abrindo as inscrições.

Inscrições: Carlos Rodrigues; José Mário Sousa; Gonçalo Magalhães.

Carlos Rodrigues: Começou por dizer que só tinha duas ou três questões muito breves. A primeira prendia-se com o facto de ter reparado que tinham andado a executar uma obras em Contige. Por isso, perguntou se eram obras para a ETAR, onde iria ficar localizada essa ETAR e se no processo de ligação houve alguma limpeza ou despejo das fossas ali existentes e, se sim, para onde foram esses resíduos. Depois, relembrando situações anteriores de colocação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

15
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

placas, perguntou se, em relação à obra do Jardim e Praça Paulo VI, não colocavam nada, uma vez que a obra já durava há algum tempo e teve o apoio do PRR. Na sua opinião, essa informação era importante, para além de ser obrigatório. Por fim falou, mais uma vez, a necessidade de elaboração de um Regulamento para atribuição de subsídios às Associações. Se na reunião de Câmara de 16/04/2026 foi aprovado um documento para atribuição de determinado subsídio para provas desportivas, não percebia porque não se regulamentava a atribuição de subsídios às Associações e coletividades.

José Mário: Depois de proferir os habituais cumprimentos, no seguimento de uma chamada de atenção que surgiu na sessão anterior, começou por falar dos *outdoors* e cartazes das Eleições Autárquicas 2025. A este respeito informou que, no que diz respeito ao partido CHEGA, deu conhecimento dessa situação à Distrital e à Concelhia do seu Partido e, até aquela data, ainda não tinha obtido qualquer resposta. Assim sendo, assumiu perante todos que, embora também existissem de outras forças políticas, se não obtivesse resposta do seu partido a curto prazo, sobre aquela situação, ele próprio os irá retirar. Ainda sobre assuntos abordados na sessão anterior, concretamente sobre o Relatório de Atividade apresentado pela CPCJ, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se tinham sido, ou não, tido em conta a necessidade de Recursos Humanos para aquela Comissão, e se a Câmara Municipal estava disposta a ajudar naquela carência, apontada no dito Relatório. De seguida abordou o tema dos incentivos e regalias para os Bombeiros Voluntários do Concelho de Sátão e perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se já tinha em sua posse uma resposta da Autoridade Tributária (Finanças). Depois disse que iria fazer chegar ao Sr. Presidente da Assembleia uma proposta do Partido CHEGA, sobre as regalias de que os Bombeiros poderão usufruir, para aprovação do Executivo, solicitando que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal a faça chegar ao Sr. Presidente de Câmara. A este respeito elencou algumas regalias que poderiam ter e que as corporações de Bombeiros dos Concelhos vizinhos já usufruíam. Lembrou que no próximo ano, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sátão completará 50 anos de existência. Por isso, como Deputado, gostaria de deixar ali uma marca para aquela Associação e Corporação de Bombeiros. Depois disse que gostava de saber em que ponto estavam os compromissos do Executivo, uma vez que o Município tinha tanto dinheiro em caixa, o qual seria para gastar em prole dos Satenses. Questionou, ainda, qual o ponto de situação das seguintes obras: "Parque Urbano", "Multiusos", "Terminal Rodoviário". Dito isto referiu que na sua opinião, haveriam obras estruturais onde essa verba poderia ser aplicada, que era na limpeza e desassoreamento do rio Vouga, para garantir uma maior capacidade de armazenamento de água, para bem de todos os Satenses. De seguida disse que o Grupo Parlamentar do CHEGA estava disponível para participar na reunião dos Srs. Presidentes de Junta, se assim o entendessem, por forma a encontrarem uma solução para atribuição de valores justos às Freguesias, no âmbito dos Contratos Interadministrativos, na atualização dos respetivos valores, assunto que tinha sido abordado pelo Sr. Presidente da Assembleia em resposta ao Sr. Presidente da Junta do Avelal. Referindo-se às Comemorações do 25 de Abril, assunto ali levantado pelo Sr. Deputado Gonçalo, disse que essa data jamais poderia ser esquecida. Terminou cumprimentando todos os Trabalhadores da Câmara Municipal de Sátão, pois avizinhava-se o 1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador, e ainda a todas as trabalhadoras Mulheres e Mães, no seu dia especial, esta ano no dia 3 de maio, parabenezando-as pelas conquistas e pela força que têm conseguido, enquanto mulheres e em democracia. Referiu ainda que deveriam ser criadas condições na sala, com mesas, por exemplo, para que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Deputados pudessem tirar apontamentos e dispor os seus documentos organizadamente, em vez de escreverem no colo e solicitou que as comunicações, convites e afins lhes fossem remetidos com a devida antecedência.

Presidente da Assembleia: Respondeu ao Sr. Deputado José Mário dizendo que, no que dizia respeito ao envio de comunicações da Assembleia Municipal, o alerta estava registado e iria ser tido em conta. Quanto às condições, eram as que tinham, e não via viabilidade, nem de espaço nem de forma, para se preparar uma sala com uma secretária para todos. E, e mudar de lugar, por exemplo, para o Cineteatro ou para a Casa da Cultura, estava fora de questão, até porque a situação manter-se-ia.

Gonçalo Magalhães: Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, e voltando ao tema do 25 de Abril, disse que o facto de ele ter sido o mais votado não significava, na sua opinião, que fosse o melhor. Mas essa situação tinha uma resposta, tal como disse na sua intervenção: "*Não pode esta Câmara ser a maior empregadora do Concelho de Sátão*". Relativamente aos assuntos em discussão, concretamente ao ponto 10, começou por referir a pavimentação da Estrada Ladário – Portela, em São Miguel de Vila Boa, chamando a atenção para a finalização daquela obra, no Ladário, pois existia ali um desnível, que não estava bem, nem a marcação estava correta. Portanto, se o Município pagava os trabalhos, atempadamente, devia exigir perfeição na execução dos mesmos. Em relação à chamada de atenção do Sr. Deputado do CHEGA sobre os *outdoors*, disse que pensava que, do PS, não havia nenhum, no entanto do PSD e do CHEGA, ainda havia muitos ("*aos pontapés*"). Depois disse que outro assunto que o preocupava era que teve conhecimento que a base do helicóptero do INEM de Viseu ia ser desativada. Por isso, sugeriu ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que diligenciasse, junto da Sr^a Ministra, no sentido de reverter aquela situação.

Presidente da Assembleia: Relativamente a esta preocupação descrita pelo Sr. Deputado Gonçalo, começou por dizer que tinha conhecimento de movimentações no sentido da não retirada, de Viseu, desses serviços. Depois disse que a Assembleia Municipal de Sátão poderia fazer uma recomendação, a qual iria colocar à votação, fazendo-a chegar à Sr^a Ministra, ao Sr. Presidente do INEM e à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, imediatamente a seguir. Fazendo uma breve dissertação sobre o teor da proposta de recomendação, colocou-a à votação. A proposta foi aprovada por unanimidade, estando presentes 30 (trinta) membros na sala. Foi ainda determinado que se desse conhecimento da mesma aos Municípios do Distrito. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para responder às questões levantadas pelos Srs. Deputados.

Presidente da Câmara: Começando por responder ao Sr. Deputado Gonçalo Magalhães, em relação aos *outdoors*, disse que concordava com ele; se havia do PSD, tinham que os tirar, até por uma questão de limpeza da poluição visual. Em relação ao desnível na estrada na recente pavimentação, disse que, embora desconheça essa situação, provavelmente acontecia porque ainda não estava rematada, pois a estrada perpendicular àquela, também ia ser repavimentada. No entanto ia ver o que se passava. Quanto à afirmação que proferiu de "*... a Câmara ser a maior empregadora do Concelho...*", disse que a Câmara nunca foi a maior empregadora do Concelho. O que aconteceu, como era do conhecimento do Sr. Deputado, a Câmara, por determinação da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Administração Central, foi obrigada a aceitar a Transferência de Competências no âmbito da Educação e da Saúde. Daí o aumento exponencial de trabalhadores. Assim sendo, a afirmação do Sr. Deputado não lhe assentava. A respeito da possível desativação da base do helicóptero do INEM de Viseu, disse que concordava com a proposta de recomendação. Respondendo ao Sr. Deputado Carlos Rodrigues, disse que o que andavam a fazer em Contige era uma nova Estação de Tratamento que levaria uma Estação Elevatória. Para onde foram encaminhados os resíduos, disse desconhecer, mas iria perguntar. Os serviços responsáveis tinham tratado desse assunto. Relativamente ao cartaz de publicitação da obra do Jardim da Praça Paulo VI, começou por dizer que, a partir do momento em que, há alguns anos, alguém do PS fez queixa à CNE por causa dos cartazes colocados de publicitação de obras, ficou com aversão a esse tipo de publicitação. Mas, quando a obra estiver terminada, vai colocar lá algo, pequeno, onde conste a informação toda, com os valores do PRR. Quanto ao Regulamento para atribuição de subsídios, comunicou que todos os subsídios eram atribuídos por deliberação em sede de reunião de Câmara Municipal. Dando resposta ao Sr. Deputado José Mário, a respeito do apoio à CPCJ, informou que esta Comissão tinha todo o apoio da Câmara Municipal, tanto de material como logístico, incluindo uma viatura à disposição. Sempre que é solicitado apoio, a Câmara Municipal comparticipa. Relativamente aos Bombeiros, começou por comunicar que, segundo informação da Autoridade Tributária, a redução do IMI era possível. No entanto, para tal, teria que ser elaborado um Regulamento, algo que iria ser tratado com a maior brevidade possível. Quanto a outros apoios direto aos operacionais, disse que não via inconvenientes; teriam que ser apresentados de forma concreta e ver-se-iam as possibilidades, sabendo, desde já, que os constrangimentos em relação à utilização da Piscina Municipal, se mantinham. A respeito das comemorações dos 50 anos da Associação, referiu que ainda não lhes tinha chegado nada, mas estavam abertos para apoiar e cooperar. Em relação a apoios à Associação, a Câmara Municipal, sempre que lhe é solicitado, tem apoiado, seja na aquisição de viaturas seja noutras situações.

Carlos Rodrigues: Referiu que iria só referir duas "coisinhas", sendo que, uma delas, iria repeti-la, porque o Sr. Presidente não lhe tinha respondido, que era qual a localização da Estação de Tratamento de Contige. Depois, sobre a obra no Jardim, e referindo que se a colocação da placa era obrigatória, a Câmara tinha que fazê-lo, disse que não conseguia perceber a parceria público-privada. Isto é, porque é que, numa obra daquela envergadura, alguns trabalhos eram realizados pelos trabalhadores da Câmara Municipal. Assim, caso houvesse um problema futuro, como uma rotura num tubo de água, por exemplo, sendo necessário partir a calçada, quem iria ser responsável pela reposição da calçada.

Presidente da Câmara: Relativamente à localização da ETAR disse que só vendo o Projeto; não sabia de cor. Quanto à Placa, informou que a Câmara tinha que a colocar quando pudesse, e, somente aquando do encerramento das contas é que era obrigatória a sua colocação. Disse ainda que a Câmara não tinha nenhuma parceria público-privada. O que aconteceu foi que, a parte da rega do jardim não estava contemplada no Projeto posto concurso e adjudicado. Assim sendo, e entendendo, a Câmara, que a rega deveria ser substituída, procedeu a esses trabalhos. Apenas e só. Não há nada para alimentar confusões. Se o Sr. Deputado quiser consultar o concurso público, está disponível no GOV, é só aceder. Pode ainda aproveitar para ver o concurso público da ETAR e assim verificar a sua localização.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

José Mário: Referiu que nunca disse que a Câmara não apoiava nem a CPCJ nem os Bombeiros, mas a questão tinha sido direta, pois o Relatório daquela Comissão apontava a falta de recursos humanos para gerir os processos de quem tão precisa, é necessitado e é vítima; *“isso não pode esperar; as crianças não podem esperar; a vítima não pode esperar por consequência do fim destes processos!”* Quanto aos Bombeiros, embora reconheça os apoios da Câmara Municipal, disse os apoios poderiam ser como são noutros Concelhos, em cujos orçamentos não chegam nem a metade do valor do Sátão. *“Não basta o reconhecimento na altura dos incêndios, é preciso mais”*. Depois de explanar um pouco a atividade, carências e frustrações no combate aos incêndios, terminou dizendo o seguinte: *“... gostava que nos 50 anos fôssemos todos responsáveis por dar mais aos Bombeiros de Sátão”*.

Presidente da Assembleia: Retomando a palavra, e não havendo mais assuntos a tratar, deu por encerrados os trabalhos, pelas onze horas e trinta e vinte e oito minutos, agradecendo a todos a forma civilizada como decorreram os trabalhos e votos de um bom feriado.

O Presidente da Assembleia

A 1ª Secretária

O 2º Secretário